



## O periódico *Ostensor Brasileiro* (1845-1846): Imprensa, Literatura e Nação no Brasil do XIX.

Matheus Rodrigues da Silva Mello\*

O século XIX no Brasil, sobretudo com a chegada da Corte no Rio de Janeiro, experimenta uma atmosfera de grandes mudanças no sentido da “civilização”. Nesse sentido, vê-se um gradual desenvolvimento da imprensa ao longo de vários anos. O impresso passa a se identificar como palco privilegiado de transformação da sociedade. Depois da Independência o pendor se acentua, levando a considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre. (CÂNDIDO, 2009:26). É importante pensar que:

O surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseriu. Ou seja, a imprensa periódica pretendia também marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações no âmbito das relações de poder e de suas dimensões culturais e que dizia respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas relações políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornava brasileira e não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa. (NEVES, 2009. p. 163)

Antes da vinda da família real portuguesa para o Brasil, era proibida a instalação de tipografias para quaisquer fins e a circulação sem autorização prévia de jornais na colônia. Além disso, a metrópole controlou rigidamente o fluxo de importação de livros. Claro que o contrabando existiu e apenas através da ilegalidade que se podia tomar contato com o que de mais avançado se produzia na Europa.

A chegada da Corte implica em toda uma reconfiguração dos espaços da cidade do Rio de Janeiro. A paisagem urbanística avança com a construção de imóveis, o estabelecimento de

---

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrando. CAPES.

redes de comércio internas, a melhoria da infraestrutura urbana. Toda a administração pública precisa ser readequada, criando novas instituições burocráticas. O Brasil, sobretudo a cidade que abriga a Corte, passa por transformações nos mais diferentes níveis: político, econômico, social, cultural.

E quanto ao aspecto cultural, deve-se ressaltar o decreto dado por D. João VI em maio de 1808, permitindo a instalação da Imprensa Régia. A abertura dos portos somada a isso significou uma abertura econômica e cultural para o mundo. A Imprensa Régia visou, inicialmente, apenas à publicação dos atos oficiais, mas em curto espaço de tempo passou a publicar obras que abrangeram quase todos os campos do conhecimento (BRAGANÇA; ABREU, 2010:19). Seu desempenho abriu caminho para o desenvolvimento cultural brasileiro, pois proporcionou o surgimento de um número crescente de editores no século XIX.

No primeiro quarto de século, o Brasil deixa de ser colônia e gradativamente vai se liberando da censura portuguesa até os acontecimentos dos primeiros anos da década de 1820, quando a situação periodística no Brasil vai assumindo novas tonalidades. No dizer de Antônio Cândido (2010), começava para nós a “era da tipografia”. Com isso, a hegemonia cultural saiu dos conventos para ter nas atividades laicas o seu ponto de apoio. Ao mesmo tempo o país adquiriu a possibilidade de comunicar-se com outros centros de cultura além de Portugal, e recebeu deles contribuições, como uma missão artística francesa e a visita de viajantes alemães, ingleses, franceses, muitos deles de renome e que contribuíram para divulgar o Brasil.

Entre 1820 e 1822, as ideias liberais adquiriram uma inédita divulgação no Brasil, sobretudo devido ao desenrolar do Vintismo português, através de uma extraordinária quantidade de jornais e folhetos. Nos debates que veicularam, é possível identificar uma determinada cultura política da Independência, profundamente enraizada nas mitigadas Luzes portuguesas. (NEVES, 1999:1). Jornais, panfletos e folhetos que chegavam de Lisboa passaram a serem impressos no Rio de Janeiro e na Bahia, desenrolando um intenso debate do âmbito político de forma coletiva, até então inexistente, por diversas províncias, como Pará, Maranhão e Pernambuco. Os artigos passaram a serem discutidos nas ruas e nos novos espaços de sociabilidade como os cafés, livrarias e sociedades secretas.

Essa variedade de impressos trazia para a esfera pública comentários e discussões sobre as grandes questões do momento, geralmente por meio de uma linguagem simples e

acessível. Muitos se mantiveram anônimos devido à censura e se apresentaram como uma literatura de circunstância, e a imprensa se destacava pela intensa participação na busca de uma definição do formato político que o país tomaria. O âmbito político perpassa todas as instâncias do social (Rémond, 2003), sendo a sua compreensão essencial para o entendimento da realidade histórica do processo de independência do Brasil.

Ainda que as publicações, gradativamente, multiplicassem-se pelas províncias nos primeiros anos da década de 1820, a questão da liberdade de imprensa ainda despertava preocupação real. Em 18 de junho de 1822, um decreto de D. Pedro vinha regulamentar os casos de abuso de liberdade de imprensa, dentre às razões para tal medida identificava-se que:

Cumpria-me necessariamente e pela suprema lei da salvação pública evitar que ou pela imprensa, ou verbalmente, ou de qualquer outra maneira propaguem e publiquem os inimigos da ordem e da tranquilidade da união, doutrinas incendiárias e subversivas, princípios desorganizadores e dissociáveis, que promovendo a anarquia e a licença, ataquem e destruam o sistema, que os povos deste grande e riquíssimo reino por sua própria vontade escolheram, abraçaram e me requereram, a que eu anuí e proclamei, e a cuja defesa e manutenção já agora eles e eu estamos indefectivelmente obrigados; e considerando eu quanto peso tenham estas razões e procurando ligar a bondade, a justiça, e a salvação pública, sem ofender a liberdade bem entendida de imprensa, que desejo sustentar e conservar, e que tantos bens tem feito à causa sagrada da liberdade brasileira (*Coleção das Leis do Império*, 18/6/1822)

O trecho elucidado a preocupação com a crescente influência da imprensa na opinião pública, sobretudo por ser porta-voz de projetos políticos muitas vezes antagônicos, em um momento em que D. Pedro sofria com as pressões das cortes portuguesas e já se avistavam possibilidades de independência. O futuro imperador mostrava a sua preocupação em afirmar o discurso de liberdade de imprensa e o controle de publicações era justificado pela limitação de “abusos” que pudessem levar a desestabilização da ordem.

E, por outro lado, a liberdade conquistada após o Vintismo permitiu que a imprensa alcançasse um papel fundamental no processo de independência. Sua relevância é clara principalmente ao percebê-la como instrumento de veiculação dos projetos de emancipação,

bem como de todo um conjunto de ideias. O periodismo político, especialmente nas décadas de 1820 e 30, atribuía aos acontecimentos uma dimensão pública e criava um espaço propício para os embates de valores, interesses e ideias, traduzindo a diversificação e a complexificação por que passava a sociedade. Por outro lado, surgiram jornais literários e científicos, que serviram de veículo para parte importante da produção intelectual do país, cerceada pela incipiência do mercado editorial no Brasil (NEVES, 2009:83).

Não se trata de exclusividade do caso brasileiro a imprensa ser de relevância e clara influência para os acontecimentos decisivos para os rumos da nação. A palavra impressa não é um simples registro do acontecimento, mas transforma-se em um elemento que pode provocar o próprio acontecimento (DARNTON, 1996). Palavra e poder aparecem então interligados, pois, para se apossar do segundo, é necessário tomar a primeira e difundi-la, através de jornais, panfletos, livros, estampas, almanaques, partituras de músicas – qualquer coisa que se mostre capaz de levar à maioria dos habitantes de uma sociedade informações novas, multiplicadas pelo impresso, ainda que, por vezes, difundidas por meio da oralidade.

Nesses acontecimentos os homens de letras tiveram papel importante e a literatura adquiriu novas tonalidades, com a poesia patriótica, o ensaio político, o sermão nacionalista, fazendo dessa fase entre o fim do século XVIII e o advento do Romantismo, nos anos de 1830, um momento de intensa participação ideológica das letras. Após a conjuntura conturbada do constitucionalismo, da Independência e da dissolução da Assembleia Constituinte (1823-1824), na qual predominaram os jornais de cunho político, motivados pelo clima de agitação e pelos primeiros sinais da liberdade de imprensa, o Brasil também conheceu alguns periódicos de caráter cultural e científico.

O novo Estado-nação que se separava de Portugal, as letras e as artes ainda estavam ligadas ao neoclassicismo, conservando os temas mitológicos e a retórica das palavras e imagens que se estendeu até o advento dos primeiros românticos (BOSI, 2012:227). Dos primeiros anos do século XIX até a década de 1830, de um ponto de vista estritamente literário, notavam-se poetas rotineiros, alguns de tipo arcádico, outros mais propriamente neoclássicos, raros denotando traços que poderiam ser chamados de pré-românticos. No entanto, com a Independência desenvolveu-se cada vez mais a consciência de que a literatura brasileira era ou devia ser diferente da portuguesa, pois os critérios de nacionalidade conquistavam um espaço cada vez maior no debate público. O Romantismo, no jovem país,

adquiriu o cunho redentor de libertação dos padrões clássicos, identificados à era colonial (CÂNDIDO, 2010:42-43).

O Romantismo ia assumindo uma tônica localista, com o esforço de ser diferente, afirmar a peculiaridade, criar uma expressão nova e se possível única, para manifestar a singularidade do país e de seus habitantes. Como consequência é possível identificar a transformação do tema indígena em símbolo nacional, considerado essencial para definir o caráter brasileiro e, portanto, legítimo.

Aqueles que faziam a história do Brasil, aqueles que viajavam pelo país afora e relatavam as suas impressões acompanhadas de descrições da natureza, os que produziam obras de estatística, faziam observações e classificações de ciências naturais, ou os que escreviam literatura de ficção, todos tinham agora idêntica função: a de estabelecer as bases da identidade nacional (ROUANET, 1991: 115).

O Oitocentos no Brasil, em um primeiro momento, imediatamente posterior à independência, é essencialmente político, correspondendo à iniciativa de criar as instituições que desempenhem as funções atribuídas ao Estado. Já o segundo, que ocorre em meados do século XIX, é basicamente cultural, realizando-se principalmente mediante a tentativa de fazer com que os habitantes da antiga colônia se identifiquem com a nova nação. E o problema da geração romântica é, além do mais, duplo: é político e cultural. O que é, contudo, menos simples determinar onde começa o cultural e termina o político para esses homens, que, a partir do Estado em vias de ser estabelecido, pretendem forjar a nação (RICUPERO, 2004).

Esse movimento que leva Machado de Assis nos anos 70 do século XIX a fazer uma síntese dessa questão, no seu famoso “Notícias da atual literatura brasileira: Instinto de Nacionalidade”:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são assim

continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madruga, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo (ASSIS, 1997:801).

Nesse sentido, pode-se perceber a perspectiva em relação ao caráter da nacionalidade – e, mais que isso, o fato de que indivíduos distintos sintam-se como parte integrante de um grupo de “iguais” – que era tido como resultado de todo um processo de formação, ou seja, de construção. E esta construção se por meio de diversos instrumentos: jornais, revistas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, literatura.

No entanto, como empreender esse projeto que tinha por alvo o desenho dos contornos que se queria definir para a Nação Brasileira (ROUANET, 1999), através das letras, se a literatura aqui produzida ser escrita na língua do antigo colonizador. Ferdinand Denis, “sabidamente, entre os franceses, e quiçá entre os europeus, o mais importante brasilianista e lusitanista da primeira metade do século XIX” (ROUANET, 1991:137), indicava a solução: se a língua era a mesma, os temas deviam ser diferentes. Só assim, a América poderia ser livre tanto em sua poesia quanto em seu governo. Assim, a tarefa que se impunha aos homens da época era praticamente a de completar a obra da emancipação política, dotando a nação em constituição de maior autonomia cultural. E os esforços diversos fundiam-se num mesmo objetivo: a criação da nação brasileira (RICUPERO, 2004:86-87).

A ideia que muitos impressos que surgiram ao longo da década de 1830 iam assumindo era de que, depois de realizada a independência política, devia-se recuperar o terreno que nos separava de outros povos mais “adiantados”. Ou seja, como país novo, o Brasil necessitava realizar progressos nos mais diferentes campos, da economia às artes, passando pelas ciências, que aproximassem a jovem nação da *civilização*. Os primeiros românticos se debruçavam sobre essa tarefa, mas já atentavam para o fato de que a civilização não seria sempre a mesma, ela poderia apresentar características próprias em diferentes

países. Portanto, deveríamos ser civilizados, mas à nossa maneira, desenvolvendo uma cultura própria.

Ser bom, literariamente, significava ser *brasileiro*; ser *brasileiro*, significava incluir nas obras o que havia de específico do país, notadamente a paisagem e o aborígine. Por isso o Indianismo aparece como timbre supremo de brasilidade, e a tarefa crítica se orientou, desde logo, para a sua busca retrospectiva, procurando sondar o passado para nele localizar os *verdadeiros* predecessores, que segundo os românticos teriam conseguido, graças principalmente ao pitoresco, romper a carapaça da convenção portuguesa (clássica). (CÂNDIDO, 2011:178)

Portanto verifica-se que, a partir de 1808, com a implantação da imprensa e a necessidade de criação de uma sociedade ilustrada ao redor da Corte portuguesa, recém-chegada, diversas atividades comerciais e culturais foram impulsionadas, dentre as quais a publicação e diversificação de jornais, revistas, livros, panfletos, folhetins. Estes passaram a ser consumidos de maneira cada vez maior, ainda que restrita à *boa sociedade*, uma vez que grande parte da sociedade era analfabeta e que permanecia distante da cultura letrada, mas que, no entanto, eram atingidas por outras práticas de leitura e sociabilidade.

O periodismo político, sobretudo nas décadas de 1820 e 30, trouxera para o debate público um ambiente de contínua efervescência acerca dos conturbados acontecimentos políticos do novo Estado-nação que ganhava seus contornos. Consolidada a independência, os impressos políticos passaram a dividir espaço com um periodismo mais científico e cultural, interessados, sobretudo, em desenvolver os temas mais edificantes para a jovem nação, muitos seguindo os caminhos estabelecidos pelos primeiros românticos. E é a partir desse contexto que emerge o *Ostensor Brasileiro – Jornal literário e pictorial* (1845-1846), com um projeto muito característico acerca da civilização, progresso, *brasilidade* e do rascunho para a nova nação autenticamente brasileira, e para isso:

O jornal literário pictorial *Ostensor Brasileiro* conhece verdadeiramente a necessidade em que estávamos de mostrar ao mundo que esta boa e hospitaleira terra de Santa Cruz vai um pouco mais adiantada em civilização,

do que *por especial mercê* apregoam pela Europa *viajantes ilustrados e fidedignos* em suas narrações maravilhosas (*Ostensor Brasileiro*: 58).

.Criadas e dirigidas por João José Moreira<sup>1</sup> (administração financeira) e pelo poeta e romancista português Vicente Pereira de Carvalho Guimarães<sup>2</sup> (editor), as edições do *Ostensor Brasileiro* eram impressas e vendidas na editora dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert. Cada edição tinha oito páginas divididas em duas colunas de texto, com ilustrações em folhas separadas, retratando personalidades ilustres do Império ou paisagens brasileiras do Segundo Reinado – quase todas feitas pela empresa litográfica Heaton & Rensburg, com a marca de Ludwig & Briggs na capa. O periódico trazia poemas, romances, biografias, efemérides, ensaios sobre os índios da América do Sul, o lugar da mulher na sociedade, a ocupação do espaço urbano da Corte. Somando um total de quatrocentas e dezesseis páginas e cinquenta e quatro gravuras.

A despeito da qualidade gráfica e de sua linha editorial, o periódico teve poucos leitores e não há referência de anúncios ou de assinantes, como era habitual no *Almanaque Laemert*. Com dificuldades de circular, o periódico foi extinto após completar cinquenta e duas edições.

---

<sup>1</sup> João José Moreira – Professor público da instrução primaria na freguesia de Sant'Anna da cidade do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1873 ou 1874, foi membro da sociedade propagadora das belas-artes e de outras; exerceu cargos de eleição popular e de confiança do governo; Escreveu: *Instrução publica* (1871): Manifesto dos professores públicos da instrução primaria. Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro.**

<sup>2</sup> Vicente Pereira de Carvalho Guimarães – Nascido na cidade do Porto, em Portugal, a 12 de maio de 1820, passando para o Rio de Janeiro, aqui exerceu o magistério em dois acreditados estabelecimentos de educação e depois fez-se procurador no foro judicial e nesse exercício faleceu. Escreveu:- *Álbum poético*; *Romanceiro brasílico*; *Jerônimo Barbalho Bezerra* - romance histórico; *A guerra dos Emboabas* - romance histórico; *A cruz de pedra* - romance; *Os jesuítas na América* - romance. Este autor colaborou antes no *Museu Universal*, jornal das famílias brasileiras, e no *Espelho Fluminense* e também na *Minerva Brasileira*.



**Folha de Rosto**

O periódico vinha ao público “a bem da civilização e recreio do povo”. *Ostensor* – adjetivo masculino de origem latina que qualifica que, ou o que expõe à vista. Assim, procurava expor, trazer aos olhos, ostentar e bradar a assim chamada *brasilidade*, sobretudo, com a publicação de temas históricos, geográficos e sociais através da literatura. A segunda folha de rosto exhibe a nota: “Coleção de produções originais em prosa e verso sobre assuntos pertencentes à história política e geográfica da Terra de Santa Cruz”. E já na introdução ao primeiro número, os editores declaram suas intenções: “o plano circunscrito, que nos impusemos de tratar exclusivamente de objetos relativos, ou pertencentes ao Brasil constitui a primeira parte do nosso programa”.

Além disso, o *Ostensor* se caracterizava pela defesa de uma informação acessível às diferentes camadas sociais. As traduções de textos de viajantes estrangeiros, comum em outros periódicos do mesmo período, são substituídas pela riqueza de detalhes ficcionais das paisagens da Terra de Santa Cruz. E defende a promoção da leitura em todo o Império:

É preciso civilizar o povo, dizem todos, e o jornal literário é uma poderosa alavanca da civilização; porém, ignora-se que para o povo no Brasil, e em muitas partes ainda não é a leitura uma necessidade? Enfatiaram-no cientificamente e depois gritam que as empresas literárias no Brasil são impossíveis de manter, que o povo não lê vinte e trinta páginas, que de uma vez só lhe atiram; ainda mais, para que esta civilização estrangeirada, que não cria raízes no coração do povo?! (*Ostensor Brasileiro*: 1)

A linguagem coloquial e, por isso mesmo, de fácil acesso da literatura cedo se revelou o veículo ideal para a difusão de conceitos que, de outra forma, permaneceriam de difícil apreensão, dado o caráter abstrato da exposição filosófica ou o caráter técnico da narrativa historiográfica (ROCHA, 1999).

Desta forma, o tom marcadamente romântico do periódico apresentava um projeto para a nação *brasileira*, principalmente, através da literatura. Esta se estabelece em um sentido de aquisição de uma civilização própria (local), mediante uma filosofia (universal). E ainda, cultivar a originalidade e não copiar, ainda que sob constante impacto e diálogo com a Europa (ANTELO, 2010:26). Afinal, o grande mérito ambicionado pelo *Ostensor* é o de se contrapor à “literatura estrangeirada” que então circulava.

O empenho do *Ostensor* era no sentido de exprimir as características que se julgavam nacionais, fosse pela descrição e exaltação dos acontecimentos históricos edificantes, fosse pelo relato das paisagens peculiares e grandiosas que se multiplicavam pela geografia brasileira, fosse através do exotismo tão próprio marcado nos diversos grupos indígenas.

A formação da nação seguirá um duplo percurso: criar-se-ão os símbolos em torno dos quais ela será pensada e, a partir daí, se estabelecerá a identidade comum dos seus habitantes. Isto é, a nação é tanto um conjunto de tradições inventadas, ou mais ainda, a invenção de novas tradições, como a crença nelas. O primeiro elemento da fórmula pode existir sem o segundo; é possível inventar-se tradições, criar símbolos, sem que muita gente acredite neles, o que, na verdade, não tem muito propósito, mas não se podem criar identidades, estabelecer direção intelectual e moral, sem que haja símbolos e tradições (RICUPERO, 2004:XXIII).

Nesse sentido, a história, o passado, não só nas páginas do *Ostensor*, mas no programa romântico em geral eram constantemente revisitados. A associação das noções de progresso, evolução e nação deu origem ao sentido de história característico do Romantismo. Assim, os romances históricos impressos nas páginas do periódico contribuíam no sentido de compartilhar um passado comum que, para além da distância física e das diferenças contemporâneas, localizasse os habitantes do país sob uma identidade comum.

A delicada questão das origens que era posta à afirmação da nacionalidade no Brasil do século XIX, assume na ficção histórica o ponto central a ser desenvolvido, inclusive

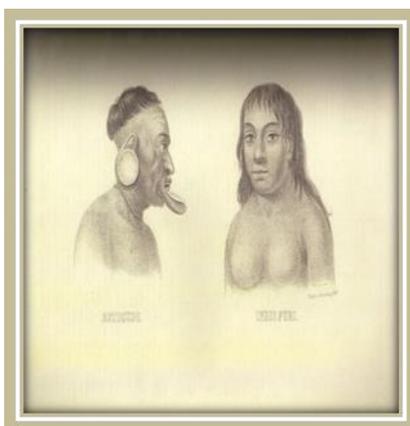
devido ao seu rápido e fácil reconhecimento social. O romance histórico é chamado à tarefa de interpretar a evolução histórica da civilização brasileira. A fim de alcançar tal empreendimento, a “ausência” de tradições foi compensada pela criação das tramas ficcionais da narrativa romanesca.

Consoante a essa ideia, o romance histórico *Jerônimo Barbalho Bezerra* é emblemático. De autoria de Vicente Pereira – que reivindica o título de primeiro romance histórico brasileiro – e que é publicado ao longo de onze capítulos nas páginas do *Ostensor*, tem seu enredo ambientado no período histórico da manifestação popular conhecida como Revolta da Cachaça (1660). No exercício do que lembrar e do que esquecer, a narrativa romanesca procurava se afirmar em um caráter de ficção fundacional (ANTELO, 2010, p. 46). Tomar Jerônimo Barbalho Bezerra, líder da revolta, como ator central do romance é um claro trabalho de criação de um herói que compõe o panteão da jovem nação. Como se a trajetória do indivíduo, assim, se confundisse com a trajetória da nação. O empenho em identificar a origem de uma comunidade se transformava numa fórmula segura para garantir a estabilidade de seu presente e garantir um futuro promissor. E é nesse ponto que a história passa a desempenhar um papel relevante.

Através do desenvolvimento do enredo, o romancista criava ações e definia circunstâncias que naturalmente levavam o leitor a julgar a conduta dos personagens. O julgamento era influenciado pela ótica privilegiada do narrador da história. Assim, o romancista se elevava à condição de “instrutor pedagógico” informal do público leitor. A paisagem e a natureza são incorporadas como ambiente em que se desenrola a história, dos momentos iniciais e do desenvolvimento de nossa civilização. Homem e ambiente, sociedade e natureza juntos nos caminhos da nação. As referências à história particular de cada povo, somadas a condicionamentos locais, entre eles o clima e os elementos constitutivos do mundo natural, assumiam centralidade nas estratégias explicativas sobre o caráter particular, único e autêntico das produções letradas (SALLES, 2009).

Nesse momento, destaco o artigo intitulado *Nações Brasilio-Guaranis, ou tribos orientaes da América do Sul* do número 26 do *Ostensor*. O artigo foi extraído do tratado escrito por Mr. Prichard, sob o título de *História Natural do Homem*, de caráter antropológico e traz ao público o passado das “tribos” originárias das futuras nações americanas. Um dos elementos principais do discurso romântico brasileiro, os nativos são identificados pelas:

Duas grandes famílias de nações existentes n'esta região: huma he a dos Guaranis, espalhada por todo o Paraguay, e que, como se sabe, he aliada das tribos Tupis do Brasil; a outra compreende as raças pertencentes à família *Galibi*, *Caribe*, ou *Caraibe*, raças que ocupam províncias mais septentrionaes, e que se estendem até o golpho do México. Os Indios pertencentes a estas duas famílias assemelham-se consideravelmente na côr e nas feições, e devem, na opinião de Mr. D'Orbigny, ligar-se a um mesmo typo physico, cujos caracteres descreve nos seguintes: "Côr amarelada: estatura mediana; testa não deprimida; olhos pela maior parte oblíquos, e sempre elevados no ângulo exterior" (*Ostensor Brasileiro*:201).



**Botocudo e Indio Puri (p. 202)**

Em cada número do periódico existe uma gravura, normalmente relacionada a um dos artigos. Nesse caso, a figura acima desvela ao leitor a aparência e as características dos exóticos nativos, o que lembra os estudos de muitos viajantes naturalistas. O artigo prossegue e acrescenta os atributos do “bom selvagem” e valorização da moral cristã como instrumento da civilização:

A nação Guarani he huma das mais interessantes da America do sul, em razão da aptidão que tem mostrado para entrar na via dos melhoramentos sociaes, e da docilidade com que se deixa instruir nas verdades da nossa religião. Já numerosas tribos se tinham convertido ao Christianismo, graças aos esforços e à perseverança dos missionários jesuítas, e nós temos em diversas relações, escriptas, a maior parte, por eclesiásticos, a prova dos

progressos que faziam ainda diariamente esses ardentes apóstolos da civilização (*Ostensor Brasileiro*:202).

E o que se percebe ao longo de todo o periódico, as mais de cinquenta gravuras não representavam apenas uma ilustração dos temas abordados pelos artigos. Elas devem ser tomadas não como ornamentos e nem têm como princípio a passividade, elas provocam sensações e sentimentos. As representações imagéticas despertam admiração e assombro, um sentimento de resignação e diluição e, mesmo, de sujeição do indivíduo face daquilo que o ultrapassa e que, de alguma forma, o *contém* (NAXARA, 2004:14).

As paisagens e as belezas naturais são sempre lembradas e compõem o rol dos temas memoráveis acerca da nação. A descrição maravilhada serviria como compensação pela debilidade das tradições históricas (JOBIM, 1999:51) e, em boa medida, explicava a adesão dos românticos ao indianismo. O índio era o elemento que fornecia o vínculo entre a natureza tropical e uma forma de vida propriamente “brasileira”, ou seja, anterior à colonização portuguesa.

Assim, identifico o primeiro artigo do periódico *Ostensor Brasileiro* logo após o comentário de apresentação do jornal em seu primeiro número, o seu título é simples e direto: *Rio de Janeiro* e é assinado por J. A. Cordeiro. Nele, a exaltação da grandiosidade e magnitude da natureza que adorna e emoldura a nação já se faz perceber até mesmo na capital do Império do Brasil:

Quando depois de huma dilatada ausência lançamos nossas vistas para qualquer ponto do lugar que nos vio nascer, nossa alma se inflamma de hum prazer extremamente vivo, que nos leva a extasis quase divinos, e só vemos belezas (...) (*Ostensor Brasileiro*:1)

Mas o artigo não se restringe às maravilhas naturais da capital, Cordeiro expande o feixe de seu olhar para todo o Brasil:

O Brasil apesar de novo na ordem das nações não deixa de merecer a atenção geral, não só por sua posição geographica, como também pelas belezas naturaes que lhe adornam o seio; para qualquer parte que nos voltemos vemos somente quadros pitorescos debuxados pela mão do

Omnipotente com todo o primor; e nelles, em mais de hum ponto, o imparcial meditador reconhecerá maravilhas, que são, por majestosas, verdadeiros monumentos da sabedoria e bondade Divina. A vegetação vigorosa, a primavera contínua e bela, os grandes e arrogantes rios, as altas e verdejantes serras, as vastas bahias defendidas naturalmente dos impetuosos ventos, a incompreensível variedade dos climas, e mil outras maravilhas enchem o peito brasileiro de nobre orgulho e convidam o estrangeiro à admiração e ao respeito (*Ostensor Brasileiro:2*).

Mais do que simplesmente enumerar as paisagens brasílicas, o artigo notadamente reconhece sua distinção e qualidade dignas da “admiração” e “respeito” por parte de qualquer viajante estrangeiro e símbolos nacionais honrosos aos brasileiros. No entanto, segue o artigo, o autor se empenha em reconhecer os símbolos do progresso material da civilização dos trópicos:

E tem o Brasil somente belezas naturaes ou possui também artefactos de menção e lembranças eternas?! Não: dirá o estrangeiro vaidoso de seus monumentos; aqui não há edificio que mereça a honra de ser apontado como digno filho das regras architectonicas; he na Europa com especialidade onde a architectura tem firmado seu throno... Porém o nosso illustre poeta, o Sr. Magalhães, que tem percorrido diversos portos da Europa e do Brasil dirá “Nós os possuimos em mais de huma cidade, e podemos dizer que a Bahia he a Italia brasileira, não só pela majestade de seus edificios, como também pelo grande numero deles”. [...] Se a Europa nos vence na perfeição de suas obras; se ella he com justa razão o modelo do mundo, assim como he o termômetro da civilização e da política [...] ; a America, a outros respetos lhe he independente, e merece ser estudada (*Ostensor Brasileiro:2*).

No artigo da segunda página, intitulado *Largo do Paço* (p.2), o mesmo J. A. Cordeiro prossegue narrando o Rio de Janeiro, “huma das mais belas cidades brasileiras”. O autor prossegue, relatando belezas naturais e os elementos da civilização:

A vista que se descobre apenas se tem sulcado as aguas de nossa bahia he bela, e desperta no espirito do sincero observador a convicção de nossas

crenças e civilização [...]. Entre as principais Praças do Rio de Janeiro, de certo merece o primeiro lugar a que se acha ao lado oriental desta cidade, e à borda do mar; suas dimensões, e mais que tudo os edifícios que a guarnecem nos inclinam a esta preferencia. Quiseramos ter a pena de hum nosso escritor para com ella descrever esses monumentos, e como elle dar-lhe o caracter e vida que lhe são particulares; porem a tanto não devemos chegar, que apoucados são nossos conhecimentos, e pobre o estilo. (ibid.:3)

O programa elaborado e desenvolvido ao longo das cinquenta e duas edições do periódico revelam muitas questões dignas de análises mais delongadas. A busca da identidade utilizava-se da linguagem romântica, e procurava, na história, na cultura, na topografia, na vegetação, motivos para que entidades políticas como o Brasil existissem separadas das antigas metrópoles (RICUPERO, 2004: XXIII). O Estado não estaria consolidado enquanto não existisse a nação, já que não poderia contar com a lealdade de seus cidadãos. Em outras palavras, a institucionalização política para ser segura, para ser completa, precisava funcionar também como direção intelectual e moral. Havia, portanto, uma articulação entre política e cultura.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANTELO, Raúl. **Algaravia**: discursos de nação. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2010.
- ASSIS, J. M. Machado de. “Notícias da atual literatura brasileira: Instinto de nacionalidade”. In: -. **Crítica Literária**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Editores, 1994, p. 133–154 [1873]
- AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- ANDERSON, Benedict: **Comunidades Imaginadas**. São Paulo. Cia das Letras, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail. Epos e romance: sobre a metodologia do estudo do romance. In: **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. Trad. BERNADINI, Aurora F. et al. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 397-428.
- BASTOS, Alcmeno. **Introdução ao romance histórico**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento . **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00295730>>. Acesso em: 16 out. 2014
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. São Paulo: FAPESP: Ouro sobre Azul, 2009.

- \_\_\_\_\_. **Iniciação à literatura brasileira.** Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. São Paulo: Nacional, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O Romantismo no Brasil.** São Paulo: Humanitas, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Cultura escrita, literatura e história.** Porto Alegre: Artmed, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Do palco à página:** publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial**, v. II – 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- JOBIM, José Luís (org). **Introdução ao Romantismo.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- LUKÁCS, Georg. **O Romance histórico.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Teoria do romance.** São Paulo: Editora 34, 2000.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840).** São Paulo: Hucitec, 2005.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica:** em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Brasília: Editora UnB, 2004.
- NEVES, Lúcia M. Bastos Pereira das (org). **Livros e impressos:** retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa.** Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, tomo II, 1997.
- RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “História”. In: JOBIM, J. L. (org.). **Introdução ao Romantismo.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido:** a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.
- \_\_\_\_\_. “Nacionalismo”. In: JOBIM, José Luís (org). **Introdução ao Romantismo.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- SOUZA, Roberto Acízelo de Souza. **Introdução à historiografia da literatura brasileira.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007.
- WATT, Ian. **A Ascensão do Romance:** estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.